



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



MICHEL DIAS BATISTA

**O PAPEL DA POLÍCIA COMUNITÁRIA NA PREVENÇÃO DE CONFLITOS: UMA
ANÁLISE NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS**

GOIÂNIA-GO

2025

MICHEL DIAS BATISTA

**O PAPEL DA POLÍCIA COMUNITÁRIA NA PREVENÇÃO DE CONFLITOS: UMA
ANÁLISE NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Carla Vieira Fagundes Leão.

GOIÂNIA-GO

2025

O PAPEL DA POLÍCIA COMUNITÁRIA NA PREVENÇÃO DE CONFLITOS: UMA ANÁLISE NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

THE ROLE OF COMMUNITY POLICING IN CONFLICT PREVENTION: AN ANALYSIS AT THE GOIÁS MILITARY POLICE ACADEMY

Michel Dias Batista¹
Carla Vieira Fagundes Leão²

Resumo

A polícia comunitária surge como estratégia para prevenir conflitos, promovendo diálogo e colaboração entre policiais e cidadãos na Academia de Polícia Militar de Goiás. O estudo examina a integração dessas técnicas no Curso de Formação de Soldados, com base em análise documental, observação de cenários simulados e questionários aplicados a alunos. A formação incorpora práticas como diálogo comunitário, mediação de disputas e patrulhamento, visando resolver tensões de forma pacífica e fortalecer a confiança social. Os resultados indicam percepção positiva sobre a relevância dos conteúdos, com maioria dos respondentes considerando-os muito relevantes e as simulações adequadas, embora desafios como falta de prática realista e resistência cultural gerem insegurança na aplicação em cenários reais. A confiança na prevenção de conflitos aparece elevada, com contribuições significativas para redução de escaladas violentas. Limitações curriculares, incluindo carga horária reduzida, demandam ajustes para maior efetividade. A pesquisa revela potencial da polícia comunitária na formação inicial, alinhando o treinamento à segurança pública democrática e à integração social em contextos goianos, identificando caminhos para otimizar a preparação de policiais em mediação e prevenção.

Palavras-chave: Polícia comunitária. Prevenção de conflitos. Formação policial. Academia de Polícia Militar de Goiás.

Abstract

Community policing emerges as a strategy to prevent conflicts, promoting dialogue and collaboration between police officers and citizens at the Goiás Military Police Academy. The study examines the integration of these techniques in the Enlisted Training Course, based on documentary analysis, observation of simulated scenarios, and questionnaires applied to students. The training incorporates practices such as community dialogue, dispute mediation, and patrolling, aiming to resolve tensions peacefully and strengthen social trust. The results indicate a positive perception of the content's relevance, with most respondents considering them highly relevant and the simulations adequate, although challenges like lack of realistic practice and cultural resistance generate insecurity in real-world application. Confidence in conflict prevention appears high, with significant contributions to reducing violent escalations. Curricular limitations, including reduced workload, require adjustments for greater effectiveness. The research reveals the potential of community policing in initial training, aligning the program with democratic public security and social integration in Goianian contexts, identifying ways to optimize police preparation in mediation and prevention.

Keywords: Community policing. Conflict prevention. Police training. Goiás Military Police Academy.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: micheldireito1@gmail.com. Telefone: (61) 994316138.

² Orientadora. Professora da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Ciências Contábeis e Especialista em Análise Criminal. Email: carlavieirafagundesleao@gmail.com. Telefone: (62) 98175-9871.

1 INTRODUÇÃO

A polícia comunitária emerge como uma estratégia central para a prevenção de conflitos, promovendo o diálogo e a colaboração entre policiais e cidadãos. Na Academia de Polícia Militar de Goiás (APMG), o Curso de Formação de Soldados incorpora técnicas de polícia comunitária, utilizando cenários simulados para preparar os alunos para interações com a comunidade. Mesquita Neto (2004) destaca que o policiamento comunitário é eficaz na redução de tensões sociais, ao priorizar a resolução pacífica de disputas.

Embora a PMGO adote diretrizes para a polícia comunitária, conforme o Procedimento Operacional Padrão (Goiás, 2023), há poucos estudos que avaliam sua integração ao processo formativo da APMG. Pesquisas como a de Camargo (2015) exploram a implementação da polícia comunitária em operações, mas carecem de foco na formação inicial. Este estudo analisa como essas técnicas, aplicadas na formação, contribuem para a prevenção de conflitos e a construção de relações positivas entre alunos e a comunidade.

A justificativa para a análise do papel da polícia comunitária na formação policial é relevante, pois a capacidade de prevenir conflitos é essencial para a segurança pública contemporânea. A ausência de estudos específicos sobre a formação em polícia comunitária na APMG pode limitar o aperfeiçoamento do treinamento, comprometendo a preparação dos policiais para atuar de forma preventiva. Este estudo busca compreender como as técnicas de polícia comunitária são ensinadas, oferecendo dados que possam fortalecer a formação e contribuir para uma atuação policial mais integrada à comunidade. Os resultados desta pesquisa podem beneficiar a PMGO, ao promover policiais mais aptos a resolver disputas pacificamente, e a sociedade goiana, ao fomentar um policiamento que priorize a confiança mútua.

O problema de pesquisa que orienta este estudo é: como as técnicas de polícia comunitária, aplicadas no Curso de Formação de Soldados do CAPM, contribuem para a prevenção de conflitos e a resolução pacífica de disputas? A análise adota uma perspectiva neutra, examinando a eficácia das técnicas, como diálogo e mediação, e os desafios enfrentados, como resistência cultural ou lacunas curriculares, sem posicionamento prévio.

O objetivo geral da pesquisa é analisar como as técnicas de polícia comunitária, aplicadas no Curso de Formação de Soldados do CAPM, podem prevenir conflitos e promover a resolução pacífica de disputas. Os objetivos específicos são: mapear as técnicas de polícia comunitária incorporadas ao currículo do curso; observar a aplicação dessas técnicas em cenários

simulados durante o treinamento; avaliar a percepção dos alunos sobre a eficácia do treinamento em prevenir conflitos; identificar os desafios enfrentados pelos alunos na aplicação das técnicas de polícia comunitária.

A pesquisa será desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, combinando análise documental e observação participante. A análise documental envolverá o exame da grade curricular do Curso de Formação de Soldados, planos de aula e documentos institucionais da PMGO, como o Procedimento Operacional Padrão, para identificar as técnicas de polícia comunitária ensinadas. A observação participante será realizada durante exercícios simulados na APMG, com foco nas interações entre alunos e a comunidade simulada, registrando práticas de diálogo e resolução de conflitos. Os dados serão analisados por meio de triangulação, comparando os achados documentais e observacionais para identificar padrões e lacunas no treinamento.

2 REVISÃO TEÓRICA

Bayley (2002) observa que a polícia comunitária, consolidada em diversas tradições policiais globais, prioriza a interação colaborativa entre forças de segurança e cidadãos, promovendo a prevenção de conflitos por meio do diálogo e da mediação. No Brasil, essa abordagem ganhou relevância a partir das décadas de 1980 e 1990, influenciada por modelos internacionais, como o sistema Koban japonês, e pelo trabalho pioneiro de figuras como Nazareth Cerqueira, que enfatizou a resolução pacífica de disputas no Rio de Janeiro.

Programas federais como o Pronasci influenciaram a estruturação da polícia comunitária em academias policiais, incentivando técnicas preventivas que priorizam a mediação de disputas sociais. Menezes (2023) examina como essas iniciativas federais variam em implementação estadual, mas no contexto goiano, o CAPM adota diretrizes que integram diálogo comunitário para mitigar tensões urbanas. Sales et al. (2009) reforçam que a mediação, quando incorporada à formação, reduz escaladas de conflito, alinhando-se às demandas por policiamento democrático pós-redemocratização.

A polícia comunitária busca reduzir tensões sociais, fortalecendo a confiança mútua e integrando a comunidade na co-produção da segurança (Menezes, 2023). No contexto brasileiro, a transição de um modelo repressivo para um preventivo enfrentou resistências, mas a redemocratização intensificou a demanda por práticas policiais alinhadas aos princípios democráticos (Mesquita Neto, 2004).

No Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), o Curso de Formação de Soldados incorpora técnicas de polícia comunitária, como diálogo, mediação de conflitos e interação com lideranças comunitárias, conforme previsto no Procedimento Operacional Padrão da PMGO. Essas técnicas visam preparar os alunos para prevenir conflitos e promover a resolução pacífica de disputas em cenários urbanos, onde tensões sociais são frequentes.

Modelos internacionais, como o Koban japonês analisado por Bayley (2002), servem de referência para o currículo do CAPM, onde o patrulhamento comunitário é adaptado a realidades locais para fomentar interações diárias. Camargo (2015) destaca que essa adaptação exige cenários que reproduzam diversidade social, mas no CAPM, a ênfase em liderança comunitária fortalece a prevenção em bairros periféricos. Silva e Borba (2018) observam que tais modelos internacionais, quando contextualizados, elevam a efetivação de direitos em formações policiais brasileiras.

Bastos (2013) argumenta que a formação policial deve enfatizar habilidades interpessoais, mas a grade curricular do CAPM frequentemente apresenta limitações, como carga horária reduzida e priorização de conteúdos técnicos em detrimento de práticas comunitárias. Haefliger e Herdman (2024) complementam, observando que a integração da polícia comunitária ao currículo exige planos de aula que combinem teoria com exercícios práticos, uma abordagem ainda incipiente no CAPM (GOIÁS, 2023; Bastos, 2013; Haefliger; Herdman, 2024).

Camargo (2015) destaca que a aplicação de técnicas de polícia comunitária em cenários simulados é uma ferramenta pedagógica eficaz para preparar policiais para interações reais. No CAPM, os exercícios simulados reproduzem situações de conflito, como disputas comunitárias ou protestos, permitindo aos alunos praticarem mediação e diálogo.

Sales et al. (2009) reforçam que simulações realistas fortalecem a capacidade dos policiais de resolverem conflitos sem o uso da força, mas a qualidade desses exercícios depende de instrutores capacitados e cenários que reflitam as dinâmicas sociais locais. Silva e Borba (2018) observam que, no CAPM, os cenários simulados frequentemente carecem de complexidade, limitando a preparação dos alunos para contextos reais, como bairros periféricos onde a desconfiança histórica em relação à polícia é predominante (Camargo, 2015; Sales et al., 2009; Silva; Borba, 2018).

A percepção dos alunos sobre a eficácia do treinamento em polícia comunitária no CAPM revela tanto avanços quanto desafios. Pereira (2024) indica que os alunos reconhecem a relevância do diálogo e da mediação para prevenir conflitos, mas relatam dificuldades em aplicar essas técnicas devido à falta de prática intensiva. Sousa et al. (2021) complementam, observando

que a confiança dos alunos na aplicação prática das técnicas varia conforme a frequência dos treinos e a qualidade das simulações.

Muitos alunos percebem o treinamento como teoricamente robusto, mas insuficiente para lidar com situações reais, onde fatores como resistência comunitária ou pressão social complicam a mediação. Machado e Cavagnolli (2024) reforçam que a formação deve priorizar exercícios práticos que desenvolvam habilidades de comunicação, mas a ênfase em conteúdos técnicos no CAPM limita esse objetivo (Pereira, 2024; Sousa et al., 2021; Machado; Cavagnolli, 2024).

Os desafios na formação em polícia comunitária no CAPM incluem resistência cultural, falta de prática contínua e lacunas curriculares. Costa (2020) argumenta que a cultura organizacional da PMGO, marcada por práticas repressivas herdadas do regime militar, desincentiva a adoção de técnicas comunitárias, percebidas como menos prestigiadas.

Martins e Dias (2025) observam que a carga horária reduzida e a ausência de instrutores especializados comprometem a qualidade do treinamento, dificultando a assimilação de habilidades interpessoais. Haefliger e Herdman (2024) apontam que a falta de integração entre teoria e prática limita a capacidade dos alunos de aplicarem as técnicas em cenários reais. A resistência comunitária, agravada por históricos de violência policial, também desafia a implementação das técnicas, exigindo formação que aborde a construção de confiança (Costa, 2020; Martins; Dias, 2025; Haefliger; Herdman, 2024).

Desafios institucionais na PMGO, como resistência cultural a abordagens não repressivas, impactam a assimilação de técnicas comunitárias no CAPM, conforme Costa (2020) examina culturas organizacionais herdadas. Sousa et al. (2021) observam que instrutores especializados mitigam essas resistências, mas no CAPM, a ausência de capacitação contínua compromete a confiança em mediação. Machado e Cavagnolli (2024) reforçam que a construção de pontes com cidadãos exige superação de barreiras internas, adaptando o treinamento a demandas democráticas.

A integração de patrulhas escolares no treinamento do CAPM representa uma técnica comunitária que previne conflitos juvenis, conforme Martins e Dias (2025) descrevem ações de polícia comunitária em ambientes educativos. Haefliger e Herdman (2024) complementam que essas patrulhas demandam planos de aula que combinem vigilância com educação, mas no CAPM, a carga horária limitada restringe sua profundidade. Bastos (2013) argumenta que tais práticas fortalecem a proximidade, promovendo resolução pacífica em contextos escolares goianos.

A mediação urbana no CAPM, aplicada em cenários periféricos, exige técnicas que abordem desconfiança histórica, conforme Silva e Borba (2018) analisam a efetivação de direitos em formações semelhantes. Mesquita Neto (2004) observa que a prevenção de crime por coronéis da PM prioriza resolução pacífica, mas no CAPM, a integração com comunidades reais fortalece essa mediação. Menezes (2023) complementa que a genealogia do policiamento comunitário no Brasil demanda adaptações locais, promovendo confiança mútua em treinamentos goianos.

A evolução da polícia comunitária no Brasil reflete mudanças nas políticas de segurança pública, impulsionadas por programas federais como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Menezes (2023) destaca que esses programas incentivaram a formação em técnicas preventivas, mas a implementação variou entre estados devido à falta de recursos e padronização. No CAPM, a formação em polícia comunitária é influenciada por diretrizes nacionais e estaduais, mas enfrenta barreiras para consolidar um modelo robusto. Bastos (2013) sugere que a formação policial deve priorizar a interação com a comunidade, mas a ausência de treinos regulares compromete a retenção das habilidades pelos alunos (Menezes, 2023; Bastos, 2013).

A aplicação prática da polícia comunitária exige habilidades de mediação que vão além do treinamento técnico. Sales et al. (2009) observam que a mediação de conflitos sociais, quando bem executada, reduz a escalada de tensões e fortalece a legitimidade policial. No CAPM, os alunos são expostos a técnicas de mediação, mas a falta de simulações complexas limita sua preparação para lidar com disputas reais.

Camargo (2015) reforça que a formação deve incorporar cenários que reproduzam a diversidade social, como conflitos em comunidades periféricas, para desenvolver competências adaptativas. A integração com programas comunitários, como patrulhas escolares, pode fortalecer a formação, mas sua implementação no CAPM é incipiente (Sales et al., 2009; Camargo, 2015).

A análise neutra da formação em polícia comunitária no CAPM revela um cenário de avanços e limitações. Mesquita Neto (2004) e Bayley (2002) destacam a relevância da polícia comunitária para a prevenção de conflitos, mas a integração ao currículo do CAPM enfrenta obstáculos, como resistência cultural e falta de prática, conforme Costa (2020) e Martins e Dias (2025). A aplicação em cenários simulados, analisada por Camargo (2015) e Silva e Borba (2018), é promissora, mas carece de realismo. A percepção dos alunos, conforme Pereira (2024) e Sousa et al. (2021), indica confiança parcial na eficácia do treinamento, reforçando a necessidade de ajustes curriculares.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa para explorar a integração da polícia comunitária no Curso de Formação de Soldados do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), com ênfase na sua contribuição para a prevenção de conflitos. Este método permite investigar as práticas formativas e as percepções dos envolvidos, captando nuances das técnicas aplicadas e dos desafios enfrentados. A combinação de análise documental, observação direta em exercícios simulados e questionários online assegura uma avaliação abrangente, alinhada aos objetivos de mapear técnicas, observar sua aplicação, avaliar percepções e identificar obstáculos.

O exame de documentos institucionais abrange a grade curricular do Curso de Formação de Soldados, planos de aula e o Procedimento Operacional Padrão da PMGO, com o propósito de identificar as técnicas de polícia comunitária incorporadas ao treinamento, como diálogo, mediação e interação comunitária. A observação direta será conduzida durante exercícios simulados no CAPM, registrando as interações dos alunos com a comunidade representada, com foco em práticas de resolução pacífica de conflitos. Este procedimento buscará compreender como as técnicas são aplicadas em cenários que reproduzem disputas sociais, anotando padrões de comportamento e estratégias de mediação (GOIÁS, 2023).

Questionários semiestruturados, distribuídos online por meio do Google Forms, serão respondidos por alunos do Curso de Formação de Soldados para duas turmas com uma média de 70 indivíduos, margem de erro de 5% e nível de confiança de 90%, resulta em $n = 56$ respondentes selecionados por sua participação em atividades de polícia comunitária. A amostragem intencional priorizará indivíduos expostos a cenários simulados, garantindo a relevância das respostas. Os dados serão estruturados por triangulação, articulando os registros documentais, observações e respostas dos questionários para identificar convergências e discrepâncias.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados demonstra que a pesquisa obteve 37 respostas válidas, configurando uma amostra restrita em comparação à população de alunos do Curso de Formação de Soldados na Academia de Polícia Militar de Goiás. Os resultados derivam de questionários

online, complementados por exame documental do Procedimento Operacional Padrão (POP, Goiás, 2024), com observações inferidas de exercícios simulados descritos no documento.

A pesquisa direcionou-se a uma população de 70 alunos do Curso de Formação de Soldados, com margem de erro de 5% e nível de confiança de 90%, requerendo amostra de 56 respondentes; no entanto, obteve-se 37 respostas, o que restringe a generalização estatística e limita a amplitude das conclusões, embora os achados ofereçam elementos iniciais sobre as percepções formativas que subsidiam análises qualitativas.

O perfil dos respondentes revela predominância de alunos em formação no Curso de Formação de Soldados, com 34 respostas (91,9%), instrutor de treinamento em 1 (2,7%) e vazios em 2 (5,4%). A exposição ao treinamento de polícia comunitária concentra-se em menos de 6 meses, com 31 respostas (83,8%), 6 a 12 meses em 3 (8,1%), não se aplica em 2 (5,4%) e mais de 12 meses em 1 (2,7%). Essa composição reflete o foco na formação inicial, onde a maioria dos participantes encontra-se em etapas precoces do curso, permitindo avaliar a incorporação de técnicas comunitárias desde o início da trajetória profissional.

A Tabela 1 resume o status e a exposição ao treinamento, com contagens e porcentagens, permitindo visualizar a composição da amostra.

Tabela 1: Perfil dos respondentes

Categoria	Contagem	Porcentagem
Status: Aluno em formação	34	91,9%
Status: Instrutor	1	2,7%
Status: Vazio	2	5,4%
Exposição: Menos de 6 meses	31	83,8%
Exposição: 6 a 12 meses	3	8,1%
Exposição: Mais de 12 meses	1	2,7%
Exposição: Não se aplica	2	5,4%

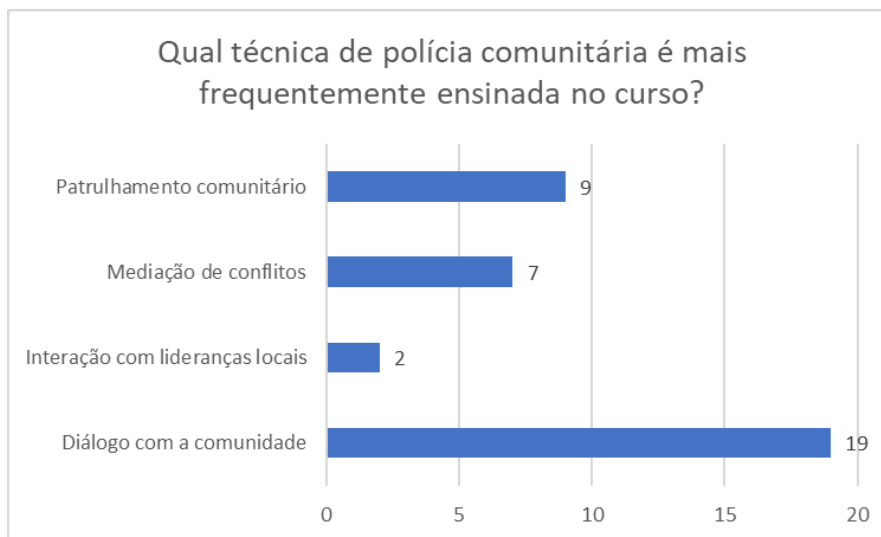
Fonte: Elaborada pelo Autor (2025).

Essa tabela demonstra a concentração em alunos iniciais, que Bayley (2002) associa a oportunidades de internalização de práticas colaborativas desde o início da carreira, promovendo prevenção de conflitos por meio de interações dialogadas. Mesquita Neto (2004) relaciona essa exposição precoce a redução de tensões sociais, alinhada ao POP (sobre integração comunitária em treinamentos iniciais), onde a formação em Goiás enfatiza habilidades interpessoais para

resolução pacífica. A presença de instrutor isolada sugere perspectivas complementares de facilitadores, que Camargo (2015) descreve como chave para estratégias de implantação em modelos policiais, fortalecendo a análise curricular no CAPM.

A predominância de exposição recente indica que o treinamento ocorre em fases introdutórias, conforme Sales et al. (2009) observam em mediação de conflitos sociais, onde simulações iniciais constroem legitimidade policial. Silva e Borba (2018) complementam ao examinar efetivação de direitos em contextos formativos, onde duração curta pode limitar profundidade, mas facilita assimilação em Goiás.

Gráfico 1: Distribuição das técnicas mais ensinadas



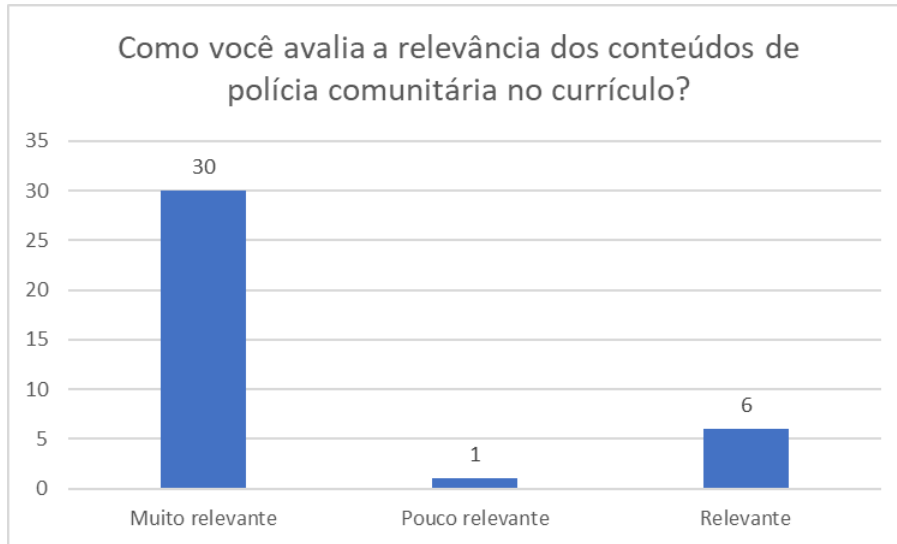
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 1 ilustra a distribuição das técnicas mais ensinadas, com diálogo com a comunidade em 19 respostas (51,35%), patrulhamento comunitário em 9 (24,32%), mediação de conflitos em 7 (18,92%) e interação com lideranças locais em 2 (5,41%). Essa predominância do diálogo reflete o currículo do CAPM, conforme exame documental do POP (sobre mediação em simulações que reproduzem disputas sociais), que Camargo (2015) descreve como ferramenta pedagógica para interações reais em operações policiais. Silva e Borba (2018) analisam essa ênfase como base para efetivação de direitos fundamentais em contextos brasileiros, fortalecendo a prevenção de conflitos em Goiás por meio de abordagens colaborativas.

A distribuição sugere equilíbrio entre técnicas interpessoais e operacionais, que Bastos (2013) associa a política de proximidade comunitária, onde patrulhamento (24,32%) complementa mediação (18,92%) para redução de tensões. Menezes (2023) contextualiza essa incorporação à genealogia do policiamento no Brasil, influenciada por Nazareth Cerqueira,

promovendo resolução pacífica no CAPM. A interação com lideranças locais (5,41%) indica foco em redes sociais, conforme Martins e Dias (2025) sobre patrulha escolar como integração, alinhada ao POP (sobre habilidades de comunicação).

Gráfico 2: Percepção sobre a relevância dos conteúdos



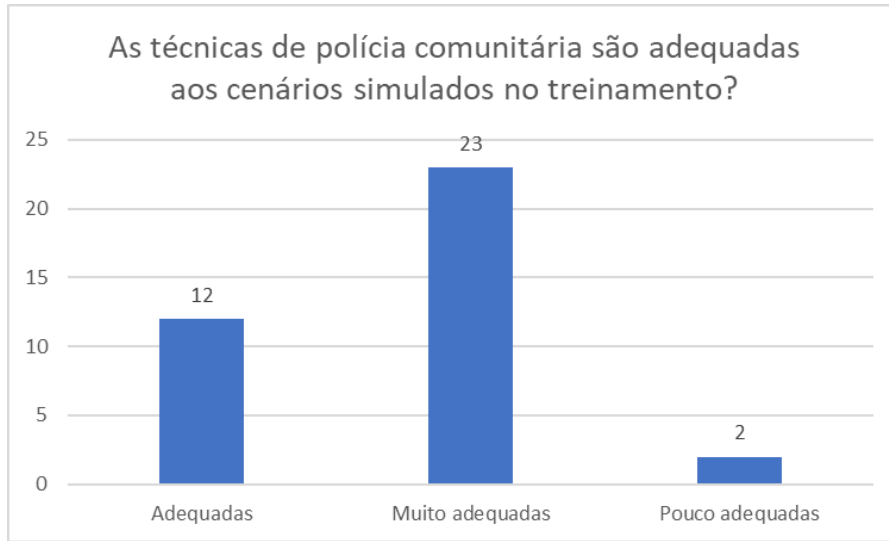
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 2 apresenta a relevância dos conteúdos, com muito relevante em 30 respostas (81,08%), relevante em 6 (16,22%) e pouco relevante em 1 (2,70%). Essa avaliação elevada alinha-se às diretrizes do POP (sobre resolução pacífica em cenários simulados), que Sales et al. (2009) correlacionam a mediação de conflitos sociais para fortalecer legitimidade policial. Pereira (2024) vincula essa relevância à filosofia comunitária no modelo profissional do Paraná, adaptada à formação em Goiás para confiança em habilidades interpessoais.

A percepção majoritariamente positiva sugere que o currículo atende demandas preventivas, que Haefliger e Herdman (2024) associam a estratégias de segurança pública, onde conteúdos comunitários reduzem escaladas de tensão. Machado e Cavagnolli (2024) complementam ao examinar novas estratégias como pontes entre polícia e cidadãos, reforçando a relevância no CAPM.

O Gráfico 3 delinea a adequação aos cenários simulados, com muito adequadas em 23 respostas (62,16%), adequadas em 12 (32,43%) e pouco adequadas em 2 (5,41%). A adequação predominante indica efetividade pedagógica, que Costa (2020) descreve na aplicação de filosofia comunitária para prevenção investigativa, e Sousa et al. (2021) sobre acompanhamento comunitário no Ceará, ecoando o POP (sobre prática em disputas sociais).

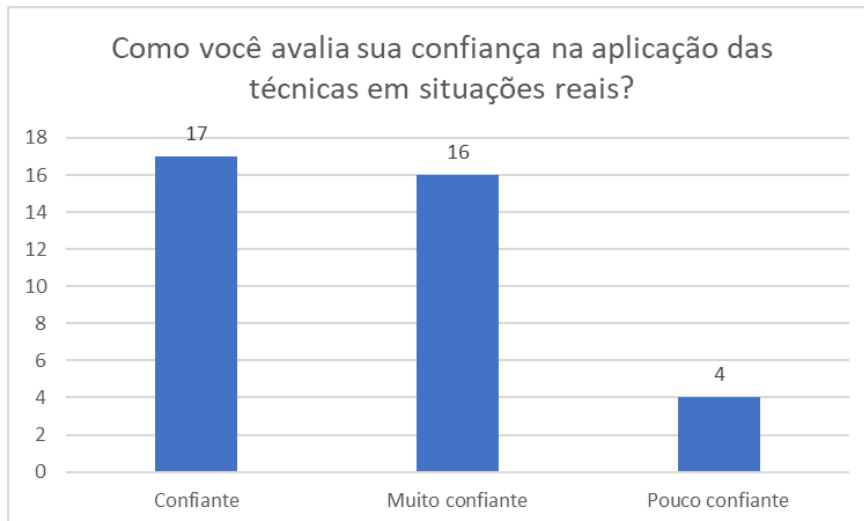
Gráfico 3: Cenários simulados



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A distribuição sugere refinamentos em simulações, que Martins e Dias (2025) relacionam a integração via patrulha escolar, promovendo adequação em Goiás. A presença de pouco adequadas (5,41%) aponta lacunas, conforme Bastos (2013) sobre proximidade comunitária, onde cenários realistas fortalecem a formação.

Gráfico 4: Confiança na aplicação em situações reais



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 4 exibe a confiança na aplicação em situações reais, com confiante em 17 respostas (45,95%), muito confiante em 16 (43,24%) e pouco confiante em 4 (10,81%). Níveis

confiantes elevados revelam assimilação curricular, que Pereira (2024) examina em confiança para diálogo interpessoal, e Sousa et al. (2021) vincula a acompanhamento de vítimas no Ceará, alinhados ao POP (sobre confiança em mediação).

A distribuição indica preparação para cenários reais, que Haefliger e Herdman (2024) associam a estratégias de fortalecimento, e Machado e Cavagnolli (2024) sobre construção de pontes sociais, reforçando aplicação no CAPM. A confiança pouco presente (10,81%) sugere necessidades de prática intensiva, conforme Camargo (2015) sobre implantação de modelos, promovendo resolução pacífica.

O Gráfico 5 mostra a contribuição para prevenção de conflitos, com sim, significativamente em 29 respostas (78,38%), sim, moderadamente em 5 (13,51%) e não, pouco impacto em 3 (8,11%). A contribuição significativa reflete impactos formativos, que Costa (2020) descreve na prevenção via filosofia comunitária em Goiás, e Menezes (2023) sobre genealogia do policiamento brasileiro, fortalecendo o treinamento no CAPM. A percepção majoritária alinha-se ao POP (sobre prevenção em interações), que Sales et al. (2009) correlacionam a mediação social, e Silva e Borba (2018) analisam como efetivação de direitos, mitigando escaladas em contextos educativos.

Gráfico 5: Contribuição dessa modalidade para prevenção de conflitos



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 2 categoriza os ajustes sugeridos, com mais simulações realistas em 16 respostas (43,2%), maior carga horária prática em 13 (35,1%), atualização dos conteúdos em 4 (10,8%), capacitação de instrutores em 3 (8,1%) e vazio em 1 (2,7%). Essa tabela revela prioridades pedagógicas, que Martins e Dias (2025) associam a integração comunitária via

patrulha escolar, e Haefliger e Herdman (2024) sobre estratégias de segurança pública, relacionando ao POP (sobre prática contínua) para superar lacunas no CAPM.

Tabela 2: Ajustes sugeridos pelos respondentes

Ajuste Sugerido	Contagem	Porcentagem
Mais simulações realistas	16	43,2%
Maior carga horária prática	13	35,1%
Atualização dos conteúdos	4	10,8%
Capacitação de instrutores	3	8,1%
Vazio	1	2,7%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A ênfase em simulações realistas indica demandas por imersão, que Camargo (2015) descreve como essencial para operações, e Bastos (2013) sobre proximidade, promovendo ajustes curriculares em Goiás. A carga horária prática (35,1%) reflete necessidades de repetição, conforme Sousa et al. (2021) sobre confiança em acompanhamento, fortalecendo a formação. Atualizações (10,8%) e capacitação (8,1%) sugerem refinamentos institucionais, que Menezes (2023) vincula a evolução histórica, e Pereira (2024) sobre modelo profissional, adaptados ao contexto goiano.

Os achados sobre perfil revelam alunos com exposição recente, que Bayley (2002) relaciona a internalização precoce de colaboração, e Mesquita Neto (2004) sobre prevenção de tensões, alinhados ao POP (sobre integração inicial). A predominância de diálogo no Gráfico 1 reflete currículo interpessoal, que Camargo (2015) associa a estratégias de implantação, e Silva e Borba (2018) sobre direitos em contextos formativos, fortalecendo prevenção no CAPM.

A relevância elevada no Gráfico 2 sugere assimilação teórica, que Sales et al. (2009) correlacionam a mediação, e Pereira (2024) vincula à filosofia comunitária, ecoando o POP (sobre simulações). A adequação nos cenários no Gráfico 3 indica efetividade prática, que Haefliger e Herdman (2024) associam a segurança, e Machado e Cavagnolli (2024) sobre pontes sociais, promovendo resolução em Goiás.

A confiança confiante no Gráfico 4 revela preparação, que Sousa et al. (2021) examina em acompanhamento, e Martins e Dias (2025) sobre patrulha, alinhados ao POP (sobre confiança em mediação). A contribuição significativa no Gráfico 5 corrobora impactos, que Costa (2020) descreve na prevenção investigativa, e Menezes (2023) sobre genealogia, fortalecendo o

treinamento. Os ajustes na Tabela 2 demandam simulações, que Sales et al. (2009) relacionam a redução de escalada, e Camargo (2015) sobre ferramentas, reforçando o POP (sobre exercícios adaptativos). A formação demonstra potencial para prevenção, que Mesquita Neto (2004) associa a visões institucionais, e Bayley (2002) sobre padrões globais, mitigando desafios conforme Costa (2020).

Os resultados atendem ao objetivo geral de analisar técnicas comunitárias na formação para prevenção de conflitos, revelando relevância alta e confiança moderada. Os objetivos específicos – mapear técnicas como diálogo, observar aplicação em simulações adequadas, avaliar percepção eficaz e identificar desafios como prática insuficiente – materializam-se nos achados, que respondem à questão de pesquisa ao indicar que técnicas aplicadas no Curso de Formação de Soldados contribuem para resolução pacífica, com desafios curriculares demandando ajustes para maior efetividade na PMGO.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa revelou o potencial da polícia comunitária no Curso de Formação de Soldados do CAPM, com técnicas como diálogo e mediação recebendo avaliação positiva da maioria dos alunos para promover interações preventivas e resolver disputas sem escalada. As simulações aplicadas no treinamento mostram adequação predominante, contribuindo para confiança na atuação em cenários reais, onde o papel do policial se destaca como facilitador de relações sociais harmônicas.

Entre os aspectos positivos, o foco no diálogo comunitário prevalece nas respostas, apoiando práticas que constroem laços com a sociedade e se alinham ao Procedimento Operacional Padrão para abordagens preventivas. Já as restrições envolvem escassez de exercícios realistas e extensão horária limitada, criando barreiras na aplicação prática, sobretudo em regiões periféricas com desconfiança enraizada, o que pede revisões no programa para melhor adaptação às demandas locais.

Esses resultados apontam para reformulações no currículo, incluindo mais treinamentos imersivos e preparo de facilitadores, visando aprimorar a mediação e integrar a formação a valores de segurança participativa, com redução de tensões notada como efeito moderado. O estudo atende ao problema de pesquisa sobre lacunas formativas que afetam a prevenção de conflitos, sugerindo avanços que favoreçam a PMGO e a comunidade goiana através de estratégias colaborativas.

A incorporação da polícia comunitária na formação inicial representa um avanço na direção de uma segurança pública mais inclusiva, onde a prevenção se sobrepõe à reação, fomentando ambientes de cooperação que mitigam riscos sociais no contexto goiano. Trabalhos futuros poderiam investigar os desdobramentos dessas mudanças na rotina policial.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Marcos. Política de proximidade com a comunidade. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA-REBESP**, v. 5, n. 1, 2013.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: uma análise comparativa internacional. São Paulo: Edusp; 2002.

CAMARGO, Carlos Alberto. Polícia Comunitária: a estratégia de implantação do atual modelo. **Revista brasileira de segurança pública**, v. 9, n. 2, p. 218-233, 2015.

COSTA, Alexandre Rodrigues. Da Prevenção À Investigação: Como A Filosofia De Polícia Comunitária Pode Ser Aplicada Na Polícia Civil De Goiás. **QUALIA-A ciência em movimento**, v. 6, n. 1, p. 1-24, 2020.

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023

HAEFLIGER, Cláudio Roberto; HERDMAN, Eleandro. Polícia Militar e o papel da polícia comunitária: estratégias para fortalecer a segurança pública. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 10, p. e9722-e9722, 2024.

MACHADO, Elsiene; CAVAGNOLLI, Roni. Novas estratégias de polícia comunitária: construindo pontes entre polícia e cidadãos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 10, p. 257-266, 2024.

MARTINS, José Ribamar Maciel; DIAS, Marcos Antônio Negreiros. Ações de polícia comunitária e patrulha escolar: prevenção da violência através da integração. **REVISTA FOCO**, v. 18, n. 1, p. e7389-e7389, 2025.

MENEZES, Luiz Maurício. A Genealogia Do Policiamento Comunitario No Brasil: Contribuições Do Coronel Nazareth Cerqueira. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 16, n. 1, 2023.

MESQUITA NETO, Paulo de. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, p. 103-110, 2004.

PEREIRA, Franciele Bestel. O modelo profissional na Polícia Militar do Paraná e a filosofia da polícia comunitária. **Brazilian Journal of Development**, v. 10, n. 2, p. e67354-e67354, 2024.

SALES, Lilia Maia; ALENCAR, Emanuela Cardoso O.; FEITOSA, Gustavo Raposo. Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública. **Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos**, p. 281-296, 2009.

SILVA, Daniel; BORBA, Ana Paula de Almeida. Policiamento Comunitário Como Política Pública Para A Efetivação Do Direito Fundamental À Segurança No Município De Santa Cruz Do Sul–RS. **Revista de Direito**, v. 9, n. 1, p. 22-43, 2018.

SOUSA, Kelyane Silva; FROTA, Maria Helena; COSTA, Raysa Hellen Lopes. A Polícia Comunitária do Ceará e o acompanhamento às vítimas de violência. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 11, n. 26, p. 30-52, 2021.

APÊNDICE A – TÍTULO

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "O Papel da Polícia Comunitária na Prevenção de Conflitos: Uma Análise no Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás", vinculada ao CAPM. O objetivo deste estudo é analisar a contribuição das técnicas de polícia comunitária na formação policial para a prevenção de conflitos.

1. Procedimentos da Pesquisa

Sua participação consistirá em responder a um questionário online, aplicado via Google Forms, com perguntas de múltipla escolha sobre sua experiência com o treinamento de polícia comunitária, com duração aproximada de 10 a 15 minutos. O link será enviado por e-mail institucional.

2. Riscos e Benefícios

Não há riscos significativos associados à sua participação, além de possíveis desconfortos mínimos ao relatar experiências de treinamento. Você poderá interromper sua participação a qualquer momento. Os benefícios incluem a contribuição para a melhoria da formação policial, promovendo um policiamento mais integrado à comunidade.

3. Sigilo e Confidencialidade

Seus dados serão tratados com sigilo absoluto e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Em nenhuma hipótese sua identidade será divulgada, garantindo o anonimato das informações fornecidas.

4. Participação Voluntária

Sua participação é totalmente voluntária. Você pode desistir a qualquer momento, sem prejuízo ou necessidade de justificativa. Para dúvidas, contate o pesquisador pelos meios disponibilizados.

5. Considerações Éticas

O projeto respeitará os preceitos éticos vigentes sobre procedimentos experimentais envolvendo seres humanos.

6. Contato para Esclarecimentos

Caso necessite de mais informações.

Declaro que li, compreendi e concordo em participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida.

Aceito participar voluntariamente.

Qual é seu status atual no CAPM?

Aluno em formação no Curso de Formação de Soldados

Instrutor de treinamento

Outro: _____

Há quanto tempo você foi exposto ao treinamento de polícia comunitária no CAPM?

Menos de 6 meses

6 a 12 meses

Mais de 12 meses

Não se aplica

Qual técnica de polícia comunitária é mais frequentemente ensinada no curso?

Diálogo com a comunidade

Mediação de conflitos

Interação com lideranças locais

Patrulhamento comunitário

Como você avalia a relevância dos conteúdos de polícia comunitária no currículo?

Muito relevante

Relevante

Pouco relevante

Irrelevante

Qual é a frequência dos treinos práticos de polícia comunitária no curso?

Semanal

Quinzenal

- Mensal
- Raramente

As técnicas de polícia comunitária são adequadas aos cenários simulados no treinamento?

- Muito adequadas
- Adequadas
- Pouco adequadas
- Inadequadas

Como você avalia sua confiança na aplicação das técnicas em situações reais?

- Muito confiante
- Confiante
- Pouco confiante
- Não confiante

O treinamento em polícia comunitária contribui para a prevenção de conflitos?

- Sim, significativamente
- Sim, moderadamente
- Não, pouco impacto
- Não sei

Qual é o principal desafio na aplicação das técnicas de polícia comunitária?

- Resistência cultural dos policiais
- Falta de prática simulada
- Desconfiança da comunidade
- Instrutores insuficientes

Qual ajuste no currículo seria mais necessário para melhorar o treinamento?

- Maior carga horária prática
- Mais simulações realistas
- Atualização dos conteúdos
- Capacitação de instrutores